



CONGRESSO NACIONAL

00048

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data <b>05/07/2007</b>		Proposição <b>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 379, DE 28 DE JUNHO DE 2007.</b>		
Autor <b>DEPUTADO JAIR BOLSONARO</b>			nº do prontuário <b>302</b>	
<b>1 ( ) Supressiva</b>	<b>2 ( ) Substitutiva</b>	<b>3 ( ) Modificativa</b>	<b>4 ( X ) Aditiva</b>	<b>5 ( ) Substitutivo Global</b>
<b>Página:</b>	<b>Artigo:</b>	<b>Parágrafo:</b>	<b>Inciso:</b>	<b>Alinea:</b>
<b>Texto / Justificação</b>				

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. O inciso I, do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º....."

I – aos oficiais e praças com estabilidade assegurada das Forças Armadas, em todo o território nacional e, aos demais integrantes, na forma do regulamento desta Lei;" (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

O Estatuto do Desarmamento deixou determinadas lacunas que possibilitam uma interpretação mais restritiva por suas normas regulamentadoras, especialmente o Decreto 5.123, de 1º de julho de 2004.

Neste sentido, procuramos evidenciar a necessidade dos militares federais com estabilidade funcional assegurada, na forma de seus Estatutos, de terem a garantia do porte de armas em razão do desempenho de suas funções, dado à peculiaridade da profissão afeta à Defesa Nacional.

Com o acréscimo proposto, temos a intenção de evidenciar que o porte de arma para os militares estáveis é inerente à sua condição, pois preenchem os requisitos para tal e, para os demais integrantes, ou seja, os militares sem estabilidade funcional adquirida, na forma do Regulamento e demais normas subsidiárias, garantido, neste caso, maior restrição ao porte e a discricionariedade dos Comandantes das Forças.

*Jair Bolsonaro*  
JAIR BOLSONARO – PP/RJ

